



ISSN 1984-5634

ARTIGO

MARIA BEATRIZ NASCIMENTO: CAMINHOS PARA (RE)ESCREVER A HISTÓRIA

Maria Beatriz Nascimento: paths to (re)write the History

MARIA LÍDIA DE GODOY PINN¹

RESUMO

Maria Beatriz Nascimento (1942-1995) em sua agência acadêmica e intelectual ao longo da segunda metade do século XX no Brasil estruturou possibilidades outras para compreensão dos passados afro-diaspóricos e, por consequência, outras formas de interpretações daquilo que já havia sido posto pela historiografia hegemônica de sua época. Assim, trazemos para a cena os trabalhos acadêmicos e intelectuais da historiadora, percorremos pelos seus escritos sobre o quilombo e por suas publicações e falas feitas ao longo das décadas de 1970 a 1990, as tomando, sobretudo, enquanto um constitutivo teórico e historiográfico para a disciplina histórica, apresentando os deslocamentos postos em suas produções que questionam e desnudam as insuficiências para a estruturação do conhecimento histórico, e que apesar da potência teórica de tal produção pouco tem sido explorada para a estruturação do campo em que a autora dedicou-se a pensar e produzir.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Beatriz Nascimento, Reescrita da História, História da Historiografia.

EDITOR-CHEFE:

Lúcio Geller Junior

EDITORA-GERENTE:

Maria Eduarda Magro

SUBMETIDO: 30.11.2021

ACEITO: 29.01.2022

ABSTRACT

Maria Beatriz Nascimento (1942-1995) in her academic and intellectual agency throughout the second half of the 20th century in Brazil structured other possibilities for understanding the Afro-diasporic past and, consequently, other forms of interpretation of what had already been put forward by the hegemonic historiography of his time. So, we bring to the scene the academic and intellectual works of the historian, we go through his writings on the quilombo and his publications and speeches made throughout the decades from 1970 to 1990, taking, above all, as a theoretical and historiographical constituent of the historical discipline, presenting the displacements placed in its productions that question and bare the insufficiencies for the structuring of historical knowledge, and that despite the theoretical power of such production little has been explored for the structuring of the field in which the author devoted herself to thinking and producing.

KEYWORDS: Maria Beatriz Nascimento, History Rewrite, History of Historiography.

COMO CITAR:

PINN, M. L. G. Maria Beatriz Nascimento: caminhos para (re)escrever a História. *Aedos*, v.14,n.31,p.133-150,jul.–dez., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Contato: maria.pinn@aluno.ufop.edu.br

Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), historiadora de ofício, quase nada se parecia com a imagem hegemônica do intelectual e/ou acadêmico do mundo ocidental que parece estar contemplada nas ciências e na própria história da historiografia canônica. Negra, nordestina e avessa a uma produção historiográfica que negava em sua estruturação a escrita de outras histórias, ela foi um nome precedente e expoente do Movimento Negro Unificado (MNU) das décadas de 1970, 1980 e 1990, e tornou-se uma importante interlocutora de uma corrente de intelectuais negros da segunda metade do século XX no Brasil, os quais procuraram reescrever e contestar a História do Brasil em suas produções acadêmicas e intelectuais (VINHAS, 2018). Seus trabalhos eram diversos, caminhavam pela história, pelo cinema, pela poesia e prosa. O encontro entre a subjetividade negra e a historiografia sobre os quilombos foram caros para a estruturação de seu pensamento e para a sua forma de lidar com a história e com a escrita dela.

A partir de suas produções e da sua agência política a intelectual procurou intervir e reescrever a História do Brasil dentro de uma perspectiva negra, compreendendo e apreendendo estes sujeitos a partir de uma concepção existencial própria, marcada pela especificidade do “ser negra” em uma sociedade cindida pelo racismo. Tendo em mente a agência histórica construída pela historiografia hegemônica de sua época sobre tais sujeitos, em linhas gerais compreendida por Beatriz como uma história “escrita por mãos brancas”, a historiadora apontava a insuficiência da disciplina, sobretudo no Brasil, para compreender e sistematizar os passados dessas populações. A partir de uma metodológica outra, ela alterou o lócus enunciativo de suas produções, trazendo a população negra, seus tempos, cosmopercepções e anseios para o centro de seus trabalhos, partindo de uma concepção teórica na qual tais sujeitos foram apreendidos, sobretudo enquanto pessoas livres, marcadas por histórias e tradições que antecederam e extrapolavam a história da escravidão moderna ocidental, orientadas por uma continuidade histórica.

Ao longo deste artigo buscamos apreender as possibilidades abertas pela historiadora brasileira Maria Beatriz Nascimento para se repensar o campo historiográfico. Para isso, escolhemos o caminho da história da historiografia, na esteira de Horst Blanke, pensando-a como meio de associar a agência histórica ao texto histórico. Isto é, como uma *história do historiador*. Horst Blanke (2006), analisou e tipificou essa modalidade como uma das formas mais comuns de trabalho na história da historiografia: o “retrato pessoal”, ou seja, “em monografias ou em ensaios historiadores proeminentes são identificados e arrolados” (BLANKE, 2006, p. 29). Apropriamo-nos de modo crítico dessa perspectiva, uma vez que para pensar a *história da historiadora Maria Beatriz Nascimento*, o racial e o feminino estão aqui representados de modo central, não em Blanke. Em segundo lugar, para evidenciar que o modo do retrato pessoal não precisa estar umbilicalmente associado à história dos historiadores “proeminentes”, mas como uma crítica a esta, naquilo que ela invisibiliza. Com isso acreditamos que, como uma história da historiadora, é possível contribuir para uma história das(os) sujeitas(os) negras(os) do conhecimento histórico numa sociedade e academia marcadas e cindidas pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2018).

Motivada, sobretudo, por um projeto político de combate ao racismo, em suas produções acadêmicas e intelectuais a historiadora ao propor a reescrita da história do (e no) Brasil tinha uma questão central em mente: as histórias das populações africanas e afro-diaspóricas não haviam sido ainda efetivamente narradas, e isso, inevitavelmente, refletia e dizia muito sobre a história do país. E em vista disso, a autora sinalizava para a necessidade de bases epistêmicas, teóricas e metodológicas

distintas daquelas já empregadas pela historiografia hegemônica de sua época para a efetiva construção destas histórias. Assim, reescrever e reorientar a produção de conhecimento histórico se fazia necessário para compreender os problemas inerentes a uma ideologia anterior ao autoritarismo e o fascismo da ditadura militar: o racismo, e partir disso, as histórias que por conta desta estrutura de opressão foram apagadas. Na estruturação de sua teoria e crítica à história se fazia necessário desnudar a forma como essas populações e suas histórias foram estruturadas a partir de uma linha racista que acabava por perpetuar e negar suas histórias e suas agências históricas.

Na importante pauta política adotada pelo movimento negro contemporâneo, no qual Maria Beatriz Nascimento estava inserida, podemos, pois, identificar elementos que figuravam nas críticas da historiadora ao modo como o campo historiográfico no Brasil estabeleceu as representações das histórias dos povos africanos e afro-diaspóricos: uma perspectiva assimilacionista (de integração total e suposta harmonia racial), portanto tragados para o interior de um conceito nacionalista de “brasileiro” que alienava as experiências e aspirações das populações negras. Para a historiadora, esses sujeitos foram objetificados há muito tempo. A construção histórica e existencial dessas populações, manteve-se, em sua maioria, atrelada à história da escravidão, e ao imaginário social discriminatório e preconceituoso que advém deste estigma, mantendo mesmo os libertos agrilhoados pelos pés e mãos como “não-sujeitos” (meros objetos), indesejáveis na trama de uma história branca. Destituídos ao longo dos séculos da possibilidade de pensamento e razão, reduzidos a sombras e estereótipos, frente a naturalização de uma ideologia como a do racismo. Uma vez que a historiografia não está alheia a reprodução dessa ideologia, que pode ser, por vezes, perversamente insidiosa e até mesmo invisível para alguns, seguiu reproduzindo-a de muitas maneiras.

Maria Beatriz Nascimento, em suas produções historiográficas, ainda nas décadas de 1970 e 1980, defendia a reescrita da história do Brasil e também das memórias que desta advinham, haja vista que estas perfaziam-se para a autora num mecanismo potente para o entendimento e para a reconstrução emocional e simbólica e das populações negras, sendo esta uma das possibilidades de encarar e conviver com o passado, e assim entender-se enquanto sujeito que age e tece seu próprio mundo. Nas palavras da historiadora, “todas essas agressões não resolvidas, todo o recalque de uma História ainda não escrita, ainda não abordada realmente, fazem de nós uns recalcados, uns complexados” (NASCIMENTO, 2018, p. 47). Para a autora a resposta à possível pergunta “O que pode ser a história?” mostrava-se profundamente orientada na direção da constituição de um campo disciplinar no país no qual a história poderia se estabelecer como ciência social de direito e de fato. Distinguindo-se, portanto, dos muitos mitos e simplificações “oficiais” sobre o Brasil e os brasileiros. As disputas pela definição de uma história científica (a partir de métodos importados da Europa e de pesquisas documentais inéditas) que conseguisse quebrar com as muitas invenções, denegações, usos e abusos políticos do passado, do patrimônio e da história eram seus temas centrais. Para compreender o presente e suas agruras, esses “combates pela história”, como dizia Lucien Febvre (1989), muito ficou de fora, uma vez que não necessariamente se pensava certos aspectos problemáticos desta história ciência – como seus muitos silêncios.

Para compreender a sua escrita historiográfica é necessário compreender também suas lutas políticas. Estas eram partes indissociáveis de uma produção de conhecimento que entrava em choque com o *establishment* acadêmico naquilo que havia de mais fundamental no interior da academia, em

geral, e em sua área de formação (a história) em particular: a questão da subjetividade negra. Suas lutas e militâncias eram políticas não como recorte e análises de um objeto histórico distante, no passado, mas mobilizaram as próprias estruturas a partir das quais a “árvore do conhecimento” (epistemologia) se formou no Brasil. Contudo, suas lutas foram utilizadas, também, para repeli-la dos espaços acadêmicos fazendo com que Maria Beatriz Nascimento, uma historiadora comprometida com a insurgência negra no Brasil, não apareça nos radares da história e da historiografia como, de direito e de fato, uma acadêmica e uma intelectual importante para a escrita da história do Brasil. Clássica também, por que não.

Por assim ser, como outras(os) autoras(es) negras(os) da sua geração, a historiadora teve suas produções intelectuais invisibilizadas nas representações históricas que a própria disciplina produziu a respeito da “história da história” no Brasil. Sendo durante os anos em que se dedicou à sua profissão não considerada por suas (seus) pares uma autora acadêmica, permanecendo numa espécie de ostracismo em sua área de formação (RATTS, 2006). Contudo, seu legado intelectual fora mantido e recuperado por trabalhos como os do geógrafo Alex Ratts (2006), sendo Maria Beatriz Nascimento cada vez mais lida, discutida e reconhecida nos espaços acadêmicos brasileiros, o que culminou com a concessão do título póstumo de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2021 a historiadora.

O RACISMO COMO TEORIA E COMO PROBLEMA: UMA PROVOCAÇÃO À TEORIA DA HISTÓRIA

Inserida criticamente em um vocabulário nacionalista, Maria Beatriz Nascimento, não rompia com ele, mas repensava-o a partir de uma crítica ao corte elitista hegemônico e dominador dessa história. As críticas feitas pela historiadora problematizavam, por exemplo, a escrita da história no Brasil sob o eixo estrutural de uma história “macro”, cuja base prioritária para compreender o Brasil seria o da economia, e o corte privilegiado seria o nacionalista que anteferia e absolutizava o “brasileiro” como segunda natureza. De acordo com a autora, a possibilidade de reconciliação da população negra com seu passado se via interrompida por um corte nacional e nacionalista, submetida, portanto, a uma história geral brasileira na qual pressupõe-se que há misturas e intercâmbios, mas não tensão racial, apagamentos ou racismo.

Para Nascimento, o conhecimento histórico nacional reforçou ao longo dos tempos o desconhecimento, uma vez que suas representações se deram de modo alheio às experiências outras, como pela negação das cosmopercepções africanas e afro-diaspóricas para a estruturação e sistematização do conhecimento histórico e suas histórias. O campo historiográfico, ou mesmo o estudo da formação histórico-social do Brasil, fora criticado pela autora, com vistas a um processo de reestruturação de balizas epistêmicas tidas como fundamentais para o campo, em grande medida apoiada sobre a importação de conceitos e metodologias tipicamente eurocêntricas como meio de sistematização da produção do conhecimento histórico (PEREIRA, 2018).

De acordo com Achille Mbembe (2014), às histórias estruturadas sob a insígnia europeia ocidental de legitimação e sistematização do conhecimento acabaram por forjar epistemologicamente as identidades, sendo estas definidas a partir de uma não co-presença destas num mesmo mundo, mas antes de tudo, frente a uma relação do “mesmo com o mesmo”. Assim, se faz importante destacar que essas características tornaram-se próprias da disciplina e acabaram por promover uma tensão em

relação a outros sujeitos e outras formas de conceber as diversas temporalidades e as mais distintas cosmovisões e cosmopercepções.

Conforme apontava Maria Beatriz Nascimento:

Apesar dos esforços de inúmeros cientistas de esclarecerem esta história, os mesmo esbarram num obstáculo que vai desde a insuficiência das fontes históricas até as interpretações tendenciosas que estas apresentam no contato com a verdadeira trajetória dos africanos na diáspora, movidas pelo discurso da captura da História (a narração) [...] não é a quantidade maior ou menor de documentos escritos que nos fornece uma visão aproximada da realidade histórica. *Não é só o que está escrito que nos conta a verdade de nossos antepassados e nos proporcionam a reflexão sobre nossa identidade nacional. A História também está registrada nos nossos corpos, enquanto corpo físico oriundo de cadeia de outros corpos na natureza.* (NASCIMENTO, 2018, p. 266-267, grifo nosso)

Conforme defendeu a autora, a escrita das histórias das diásporas africanas produzidas no (e sobre o) Brasil foram enquadradas neste mesmo postulado de importação de conceitos, condicionadas as histórias das civilizações modernas e enquadradas nos axiomas europeus. Nas palavras da autora “da mesma forma que se deu com o seu território de origem, a História do povo negro só é vista como tal se tiver sido marcada por acontecimentos significantes da História da civilização ocidental.” (2018 [1985], p. 274). Isso se dá pois na base da epistemologia que rege a produção do conhecimento histórico ocidental, além das marcas dos historicismos (ainda hoje bastante salientes), pulsa uma visão fabricada sobretudo a partir da objetificação do Outro e de suas cosmopercepções. Em outras palavras uma visão etnográfica e etnocêntrica na qual o *outro* figura como objeto-medida para reafirmar a preponderância do “Eu” (sujeito cartesiano) como voz individual da Razão (SETH, 2013). O outro não é visto como positividade, ou agência, mas apenas algo que existe na medida em que um “olho” civilizado ocidental pode traduzir e compreender como diferença, sem relação a si e sua cultura, nunca em relação ao que nós temos a dizer, conforme afirmado por Lélia Gonzalez, “emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão” (GONZALEZ *apud* BARRETO, 2018).

Para Maria Beatriz Nascimento:

Quando nos propomos a escrever uma História do Negro no Brasil, sabíamos da dificuldade de tal empreendimento, entretanto nos apresentou uma dificuldade inicial que foi o encontro de uma metodologia adequada e de uma outra conceitualização não só no nível do estudo em si, mas mais precisamente na utilização dos conceitos que vão de encontro aqueles universalizados pela dominação ocidental, os quais consistem em expressar a posição do dominador frente aos seus dominados. Ao utilizar, no início desta exposição, determinados termos entre aspas (aceitação, integração, igualdade) queríamos mostrar na prática como a ideologia de dominação representa nela mesma, através da linguagem o preconceito, evidencia uma situação de fato, isto é, o racismo e a discriminação. A “aceitação”, a “integração”, a “igualdade” são pontos de vista do dominador [...] As perguntas aos conceitos até aqui utilizados com relação ao negro e ao estudo da discriminação, a nosso ver devem ser inquiridas e decompostas minuciosamente em todas as suas implicações. Assim como esses que usamos acima, quase tudo o que foi dito sobre o negro, tudo que lhe é atribuído, o que agora é considerado ser negro, inclusive a cultura do negro deve ser reexaminado não sob o ponto de vista da ideologia dominante, mas sob o ponto de vista das nossas aspirações e necessidades. (NASCIMENTO, p. 55, 2018)

Em seu texto inaugural *Por uma história do homem negro*, publicado originalmente em 1974, Maria Beatriz Nascimento, em linhas gerais, denunciava que havia por parte da intelectualidade brasileira, assim como na própria “consciência nacional”, uma representação consolidada sobre uma epistemologia branca na qual a população negra seguia condicionada, mesmo na contemporaneidade, à condição de escravizados, e que tais trabalhos negavam aspectos raciais e ideológicos embutidos nesta produção de conhecimento.

As manifestações preconceituosas são tão fortes que, por parte de nossa intelectualidade, nossos literatos, dos nossos poetas, da consciência nacional, vamos dizer, somos tratados como se vivêssemos ainda sob escravismo. A representação que se faz de nós em literatura, por exemplo, é a do criado, do doméstico, ou, em relação à mulher, a de concubina do período colonial. O aspecto mais importante do desleixo dos estudiosos é que nunca houve tentativas sérias de nos estudar como raça. O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade (NASCIMENTO, 2018, p. 45).

Em outro texto a autora reforça sua ideia:

O negro não tem apenas espaços a conquistar, tem coisas a reintegrar também, coisas que são suas e que não são reconhecidas como suas características. O pensamento, por exemplo. Fico chocada quando se dá ao branco a cabeça, a racionalidade, e ao negro o corpo a intuição, o instinto. Negro tem emocionalidade e intelectualidade, tem pensamento como qualquer humano. Ele precisa recuperar o conhecimento que é também seu, e que foi apenas apoderado pela dominação. E por aí vamos chegar à discussão sobre posse do conhecimento. E a Bacon, que tem toda razão quando diz que conhecimento é poder. (NASCIMENTO, 2018, p. 102-103)

Assim, a historiadora argumentava que no interior das universidades brasileiras pode-se identificar “a mais branca, e a mais europeizada” Universidade “do terceiro mundo” (NASCIMENTO, 2018, p. 51). A importação de conceitos e teorias reforçaram estereótipos e legitimaram representações marginais das histórias negras no Brasil, sob a luz de outros recortes, outros problemas e desassociados das experiências das diásporas africanas modernas, atreladas a uma cosmovisão ocidental. De acordo com a autora, para além dos aspectos políticos e econômicos para a compreensão e escrita da História do Brasil, abordagem comum em sua época, era necessária, sobretudo, a inserção de uma perspectiva racial e existencial da população negra na historiografia brasileira (BARRETO, 2018, p. 34), abarcando a noção de raça enquanto um imperativo teórico e metodológico para a escrita da história do e no Brasil.

De acordo com Nascimento (1977, p. 196), “para empreender um estudo crítico a respeito da história do negro e trazer ao mesmo tempo para o negro uma perspectiva do que foi a sua história real você tem que partir da história deles como grupos livres, como empreender em uma sociedade livre, mesmo que nessa sociedade tenha existido escravo”. Para se atingir esta outra forma de estruturar a construção do conhecimento histórico no Brasil seria necessário romper com o empirismo prevalecente. Isso não significava abandonar o trabalho documental, mas apenas pensar a historiografia como algo além de uma prática. Pensar (teoricamente) a disciplina exigia seguir para além dos documentos escritos, tidos como fontes primárias para o trabalho dos e das historiadoras(es) e exigia um trabalho hermenêutico para que a escrita histórica pudesse oferecer “uma visão aproximada da realidade

histórica” (NASCIMENTO, 2018, p. 267). Assim, como defendia Maria Beatriz Nascimento, a História, essa escrita com “Agá maiúsculo”, não poderia permanecer circunscrita aos métodos da heurística, numismática, paleografia e demais documentos “escritos” em sua materialidade. Para além do avanço da metodologia da história oral, segundo a autora, seria necessário olhar de modo diferente para o corpo negro, que reconheça nele suas perspectivas, seus saberes, conhecimentos, rituais e importantes esteios epistêmicos, como a memória, por exemplo (NASCIMENTO, 2018, p. 334).

A memória são conteúdos de um continente, de sua vida, de sua história e do seu passado. Como se o corpo fosse documento. Não é a toa que a dança para o negro é um momento de libertação, o homem negro não pode estar liberto enquanto ele não esquecer o cativo, não esquecer no gesto, que ele não é mais cativo. A linguagem do transe é a linguagem da memória. Tudo isso não resgata a dor de um corpo histórico. Aquela matéria se distende, mas, ao mesmo tempo, ela traz com mais intensidade a história, a memória, o desejo de não ter vivido a experiência do cativo. A escravidão é uma coisa que está presente no corpo, no nosso sangue, nas nossas veias.

O corpo negro poderia ser lido como documento vivo, não um texto-objeto, frio e inerte, aguardando o olho e a curiosidade do historiador, seu olho de legista como numa autópsia. Ali, vida e história se reencontram. Compreender as muitas marcas de suas histórias e narrá-las. Para Maria Beatriz Nascimento esse caminho abriria possibilidades de apreender a memória viva para pensá-la e enredá-la nas páginas de um conhecimento histórico a ser transmitido às futuras gerações. Sendo esta memória constituída “pela herança ancestral através dos tempos, tanto na África quanto nas regiões da América” (NASCIMENTO, [1984] 2018, p. 267). O corpo é fundamental para se pensar a escrita da história pretendida por Beatriz, essa chave analítica proposta pela autora estrutura epistemologicamente uma historiografia que não parte do pressuposto incorpóreo da “agência” na história, mas do corpo como presença e experiência coletiva (sempre coletiva) a partir do qual as histórias negras podem ser narradas.

Performatividades, assim, de um corpo-memória carecem de cuidados metodológicos específicos. De acordo com Diogo Reis (2020), ao pensar sobre a relação das representações históricas postas por Maria Beatriz Nascimento e por Mãe Beata de Yemonjá, conclui que estas “reescrevem as letras e os termos de uma outra política da história e da memória, cujas narrativas inscrevem-se no corpo-território, corpo-documento que mantém vivas as tradições de luta dos povos da afrodiáspora” (REIS, 2020, p. 845). Maria Beatriz Nascimento manteve entre suas produções e suas preocupações epistemológicas a situação da população negra no Brasil, as dificuldades da disciplina histórica em narrar os passados africanos e afro-diaspóricos, o racismo e o quilombo — este último, “objeto” que dedicou a maior parte de seus estudos e que, por fim, se emaranha com os outros termos. Em suas palavras “o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional” (NASCIMENTO, [1994] 2018, p. 294). Assim, a historiografia produzida por Maria Beatriz Nascimento, como também por outros intelectuais pertencentes ao movimento negro contemporâneo, ainda que marcadas por uma possibilidade e sentido de progresso, se mantém e se estruturam atadas a uma concepção de co-presença das experiências humanas e de suas temporalidades, orientada sobretudo por uma ideia de ancestralidade e raça negra positivada. Ou seja, progresso aqui não quer dizer superar o passado rumo a um futuro melhor, mas conviver com este no presente para assim poder vislumbrá-lo como uma possibilidade (TEIXEIRA, 2021).

RESTAURANDO A POLISSEMIA DO QUILOMBO

Segundo Ratts (2006, p. 57), o trabalho acerca do quilombo empreendido por Maria Beatriz Nascimento, era científico, mas trazia em si uma busca individual e coletiva. Para Raquel Barreto (2018, p. 27), as produções intelectuais de Maria Beatriz Nascimento tinham como propósito primeiro repensar a História do Brasil a partir de uma perspectiva negra, dotando esses sujeitos de autonomia e subjetividade, as quais foram retiradas destes. As produções de Maria Beatriz Nascimento e sua agência nos espaços acadêmicos, por assim ser, rompiam com os cânones da disciplina de sua época, e também da nossa. Suas produções transgrediram, e aqui, concordando e extrapolando a afirmativa posta por Henrique Cunha Júnior (2010), suas pesquisas, mesmo nos dias de hoje, continuam inovadoras para sua área de pesquisa. Em linhas gerais, Maria Beatriz Nascimento, reivindicou a racionalidade, agência e existencialidade que foram retiradas das populações negras nos espaços de produção do conhecimento e que acabaram por deturpar e orientar a agência destes, frente o desconhecimento de seus passados e das possibilidades de futuro que daí advinham.

Ainda de acordo com Alex Ratts (2006), Maria Beatriz Nascimento foi uma das intelectuais negras brasileiras que mais se dedicou à temática do quilombo, estudando e pesquisando o tema por mais de vinte anos. O quilombo, enquanto um fenômeno histórico e simbólico, foi para a historiadora uma forma de lidar e transformar as relações das populações negras com os seus passados. Desloca tal fenômeno para um passado aberto que se emaranhava com as experiências da contemporaneidade e que se fazia presente nelas, foi um dos seus empreendimentos intelectuais e políticos, haja vista, a importância do quilombo para a história das populações negras das diásporas africanas modernas e para a própria história do país, pois conforme posto pela autora, “O quilombo é a memória que não acontece só para os negros, acontece para a nação” (NASCIMENTO, 2018 [1989], p. 337).

A historiadora em suas produções acadêmicas e intelectuais argumentava sobre a dificuldade da historiografia contemporânea de compreensão e sistematização da experiência sobre os quilombos. Como vimos até aqui, as narrativas estereotipadas acerca desses eventos e seus sujeitos, foram forjadas, segundo ela, no interior de uma historiografia ainda profundamente orientada por ideologias que limitavam sua capacidade (e mesmo sua vontade) de compreensão do fenômeno. No texto *Introdução ao conceito de Quilombo*, publicado originalmente em 1987, no livro *O negro e a cultura no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira*, Maria Beatriz Nascimento, a partir de uma revisão historiográfica, apontava desde sua preocupação frente ao significado, conceitualização, origem e atribuição do termo Quilombo para a interpretação desse fenômeno. Como também uma preocupação teórica e metodológica frente a indefinição e a estruturação, por parte dos estudos historiográficos brasileiros, daquilo que fora abarcado e interpretado pela noção de Quilombo.

Durante sua trajetória o quilombo serve de símbolo que abrange conotações de resistência étnica e política. Como instituição guarda características singulares do seu modelo africano. Como prática política apregoa ideais de emancipação de cunho liberal que a qualquer momento de crise da nacionalidade brasileira corrige distorções impostas pelos poderes dominantes. O fascínio de heroicidade de um povo regularmente apresentado como dócil e subserviente reforça o caráter hodierno da comunidade negra que se volta para uma atitude crítica frente as desigualdades sociais a que está submetida (NASCIMENTO *apud* RATTTS, 2006, p. 124).

Conforme defendia a autora, o não acesso das populações negras a uma tradição da memória cultural apoiada na materialidade dos registros, somados à forma como tais sujeitos foram (e ainda são) tratados e representados nos espaços de produção do conhecimento foram fatores determinantes para o desconhecimento da experiência do quilombo, ainda que tal instituição apresentasse grandes implicações para a escrita da história do país e para o agir das populações negras no Brasil. A historiografia brasileira seguiu na esteira do modelo europeu de ciência histórica oitocentista e privilegiou (privilegia ainda) majoritariamente registros documentais escritos como base empírica de suas representações, uma vez que com eles pode-se assegurar “maior rigor probatório”. No entanto, ficamos limitados à existência e o acesso a estes documentos de época que, em se tratando do período colonial, versam sobre questões de fundo político, legal ou judicial, ou econômico. Outro fator agravante, nas palavras da autora, é que (NASCIMENTO, 2018, p. 68):

A importância dos quilombos para os negros na atualidade poder ser compreendida pelo fato desse evento histórico fazer parte do universo simbólico onde o seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo. Entretanto, existem lapsos em termos de análises desse fenômeno em toda a historiografia brasileira. Este lapso de conhecimento da história do negro no Brasil e na própria História do Brasil, provoca uma ruptura dos negros com o seu passado, agravando o desconhecimento da sua situação hodierna.

De acordo com Mariléia de Almeida (2018, p. 101), ao longo da década de 1980 é possível observar a proeminência e a efervescência discursiva acerca de Palmares e outros quilombos. Com isso, o orgulho da experiência de Palmares passou a ser apresentado como um momento de ruptura, o fim da ideia de uma de “conciliação” harmoniosa e congração das raças no passado colonial. Neste mesmo sentido, Alex Ratts (2003) aponta que frente as pautas do movimento negro contemporâneo, os estudos sobre os quilombos e as discussões acerca de tais conceitos fervilharam nos espaços acadêmicos nas décadas de 1970 e 1980. A emergência dos trabalhos acadêmicos acerca dos quilombos naquele período podem ser pensadas, sobretudo, como um reflexo da intensidade das lutas políticas travadas dentro e fora das universidades, redefinindo os contornos da pesquisa histórica sobre os quilombos sobre bases éticas e políticas (RATTS, 2006, p. 53). Assim, neste contexto, importantes figuras do movimento negro contemporâneo atribuíram a experiência dos quilombos modos diferentes de sistematização e compreensão histórica.

No texto *O conceito de quilombo e a resistência cultural negra*, publicado pela primeira vez em 1985, Nascimento argumentava que houve um processo de simplificação do conceito de quilombo na escrita da história, o qual assume ao longo do tempo, diferentes sentidos e definições. Esse argumento foi recuperado por Egléia Minas e Leonice Lima (2016). O conceito de quilombo foi ressignificado de modo a contemplar a polissemia característica apenas na segunda metade do século XX. A ressignificação semântica do conceito histórico se deu no interior do movimento negro contemporâneo, como Maria Beatriz Nascimento analisou. Passou a designar um fenômeno político e cultural de resistência negra, performado, sobretudo, na noção de *quilombismo*, inaugurada por Abdias Nascimento (1980). O conceito de quilombo permite que se identifique a relação e debates sobre a escrita da história a partir de pesquisas sérias, na qual a representação do passado encontra as necessidades e urgências da contemporaneidade para a produção de sentido. Esse tipo de abordagem caminha ao encontro da militância ética e política do MNU, no interior do qual diferentes aspectos ideológicos coexistiam

e dialogavam, muitas vezes em dissonância. O resultado de uma teoria da história de outras bases teóricas e metodológicas frutifica no modo como a história do quilombo foi reescrita e transformada ao longo destes debates.

De acordo com Maria Beatriz Nascimento ([1981] 2018, p. 212), frente a sua indefinição histórica, o quilombo, ampliado e generalizado pelas produções historiográficas “didáticas”, ainda excessivamente eurocêntricas e brancas, seriam mais comuns em sua época. Esse tipo de crítica, um pouco genérica, era comum e encontrava nos escritos de José Honório Rodrigues enorme apoio. Este historiador argumenta que, desde a década de 1950, haveria uma cisão na produção historiográfica brasileira (FREIXO, 2013, p.140-161). De um lado, amadores e “professores escolares”; de outro, pesquisadores sérios e historiadores. Numa crítica aos estudos e representações historiográficas sobre as experiências dos quilombos no Brasil, Nascimento apontava problemas estruturais sobre a base de uma epistemologia que, até então, definia os fundamentos e princípios norteadores da historiografia ainda praticada apenas para fins didáticos (escolares). Não se tratava, como bem pode ser percebido, de uma ruptura epistemológica radical, mas de evidenciar lacunas e fragilidades preexistentes que tornavam difícil para a historiografia contemplar passados e experiências de universos culturais e cosmoperspectivas diferentes daqueles já definidos no universo racional moderno. Ao problematizar as transformações e diferentes sentidos para a compreensão e sistematização daquilo que fora o fenômeno do quilombo, ela reforça sua crítica sobre o modo frágil e estereotipado com que a experiência deste foi inscrito na história do Brasil. Ainda que tais produções tragam contribuições relevantes para o conhecimento do fenômeno, elas não dizem tudo o que há para dizer sobre o quilombo. De acordo com Nascimento (2018, p. 212):

A visão do quilombo transmitida pelas obras de orientação didática, carentes de uma pesquisa profunda que oriente sua elaboração, contenta-se em repetir, de artigos e livros, conceitos preconceituosos sobre os quilombos. A importância dos mesmos nesta literatura é determinada pelo grau de envolvimento que os quilombos tiveram com acontecimentos históricos de grande significação para a historiografia oficial. São exemplos disto o Quilombo de Palmares, que serve de moldura à invasão holandesa no Brasil (século XVII) e o Quilombo do Cosme, que desempenha o mesmo papel no episódio da Balaiada no Maranhão (na primeira metade do século XIX). Ao lado de poucas informações descritivas sobre a repressão das autoridades, se encontra uma interpretação estereotipada de como se constituíam os quilombos. Nestas descrições reforça-se as noções dos negros como seres primitivos, malfeitores e irresponsáveis e dos quilombos como bandos destituídos de caráter político. Por outro lado, esta literatura identifica os quilombos como refúgios ou “valhacoutos” de negros, num sentido deveras depreciativo.

Contudo, Ratts (2006, p. 55), citando João Baptista Borges Pereira, fala sobre o incômodo da academia brasileira nas décadas de 1970 e 1980 com essa nova abordagem acerca da noção de quilombo, levantada principalmente por estudiosas(os) negras(os). Com a exceção do quilombo de Palmares, essa negação se dava porque seria um tema vindo “de fora” e maculado por “ideologias”, contudo, os espaços acadêmicos foram *tomados de assalto* por essa temática. Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Joel Rufino dos Santos, Lélia Gonzalez e Maria Beatriz Nascimento, são alguns dos intelectuais que dedicaram-se ao alargamento, e até mesmo para uma nova inscrição conceitual da noção de quilombo, o qual performa-se a partir dessas produções e dos deslocamentos produzidos por essas(es) intelectuais, segundo Ratts (2006, p. 90), numa “ideia-força, um território discursivo”. Essas análises e representações apontavam para a experiência dos quilombos ora enquanto uma reação

ao sistema escravista, ora como uma forma alternativa de sociedade marcada por múltiplas formas de resistências, e que se transponham para os séculos seguintes (RATTS, 2006, p. 53).

O Quilombismo e a Quilombagem sistematizados, respectivamente, por Abdias do Nascimento (1914-2011) e Clóvis Moura (1925-2003), são exemplos de histórias teoricamente orientadas. Suas propostas analíticas de deslocamento conceitual também possuíam consequências epistêmicas, que, na esteira dos esforços de Maria Beatriz Nascimento, tencionaram com a escrita da história do Brasil. Evidenciando lacunas e problemas que jamais figuraram nos manuais de introdução aos estudos históricos que contribuíram para formar gerações de historiadores e historiadoras nas universidades brasileiras. Segundo Márcio Farias (2016), esses estudos trilharam caminhos opostos aqueles estruturados, entre muitos outros, por intelectuais como Gilberto Freyre, e que foram partilhados por acadêmicos que apreendiam a escravidão enquanto um sistema convergente, ou seja, “composto por escravizados, em geral, ajustados a sua condição servil de um lado, e senhores despóticos, do outro lado, ainda que protetores.” Com isso, o Quilombismo e a Quilombagem, ainda que marcadas por clivagens e divergências, assim como por aproximações, podem ser identificadas como movimentos cientificamente orientados no sentido de questionar e, possivelmente, transformar a compreensão brasileira sobre as populações negras escravizadas. Mobilizando a resistência e o protagonismo desses sujeitos frente ao sistema escravista e argumentando ainda sobre o papel ativo destes para a formação da nação brasileira, não apenas nos seus termos “culturais”, como a antropologia culturalista que Freyre definiu, mas sobretudo, nos aspectos sociais, políticos e econômicos.

As noções em torno do quilombo sistematizada pela historiadora perpassaram pelo quilombo do passado colonial, até os quilombos na contemporaneidade, assumindo algumas especificidades frente as noções postas pela historiografia hegemônica de sua época e aos conceitos de Quilombismo e Quilombagem gestados no interior do movimento negro contemporâneo. Para a autora, o quilombo enquanto uma organização negra e enquanto uma forma de resistência, não se apresentava como uma reação ao sistema escravista, conforme defendido por Abdias do Nascimento e Clóvis Moura, mas antes de tudo, o quilombo fora a recriação de um Estado independente outrora vivido, sendo este a reinvenção de uma experiência partilhada por tais sujeitos e que transcendia ao cativo, ainda que este fosse envolto e orientado pelas transformações, rupturas e pela intrínseca necessidade de liberdade posta pelo sistema colonial. Assim, as suas interpretações historiográficas não partiam do ideário liberal europeu (profundamente hegeliano), com a “fuga” como meio para o fim (*télos*), pois estas concepções foram para a historiadora limitadoras das interpretações de tal fenômeno, crítica que mais tarde fora atenuada, mas que ainda assim estruturaram a sua tese. Desta forma, a autora elabora sua crítica ao modelo liberal que orienta as teses e as perspectivas não apenas acerca do quilombo como sobre a maneira ideológica de compreender o processo histórico como “história da liberdade”:

A liberdade como ideal é um vício de interpretação dos estudiosos, ou simples relatores que estão sempre em busca de uma correlação histórica entre a realidade brasileira e europeia. No quilombo tanto o ideal de liberdade quanto a volta a África só poderiam ser tomados como fatores determinantes se se pudesse estabelecer fielmente as problemáticas individuais ou psicossociais. Caso contrário, o apelo a tais fatores seria mistificante, encobrindo por demais a realidade do quilombo enquanto história do Brasil. (NASCIMENTO, 2018, p. 75)

A pesquisa empreendida acerca do quilombo por Maria Beatriz Nascimento, ou para utilizar a terminologia posta pela historiadora para se pensar este fenômeno, e que mais tarde ela conceitualiza como *Sistemas Sociais Alternativos Organizados pelos Negros* [1981]. Com o objetivo primeiro recobrar uma história que fora perdida e distorcida nas produções historiográficas, em busca de um passado passível de futuro, percorrendo um caminho comum das pesquisas científicas, ora avançando, modificando e ora retornando ao já posto. Para fazer uso de um termo da autora para se pensar o desenvolvimento dos quilombos, sua pesquisa, assim como seu objeto de estudo, se retroalimentava e se reproduzia, avançando e recuando cientificamente (NASCIMENTO, 2018, p. 133).

O quilombo não é, como a historiografia tem tentado traduzir, simplesmente um reduto de negros fugidos, simplesmente a fuga pelo fato dos castigos corporais, pelo fato dos negros existirem dentro de uma sociedade opressora, mas também a tentativa de independência, quer dizer, a independência de homens que procuraram por si só estabelecer uma vida para si, uma organização social e que foi paralela durante todo o período da escravização. E mais importante ainda, sendo essa uma organização social, ela se projetou para o século XX como uma forma de vida do negro e perdura até hoje.

E ainda (NASCIMENTO, 2018, p. 190):

[...] é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição.

E com isso, Maria Beatriz Nascimento (2018, p. 352), definia que:

O quilombo é memória, é história, é o ser, assim nós o entendemos na década de 70. Era nosso lema para a recuperação da nossa identidade, de nossa ancestralidade, de ser no mundo adverso. A partir de 1960 o mito Zumbi apropriou-se de nossa sociopolítica, foi ele que nos fez caminhar adiante da história, resgatando o passado, aproximando-nos dos mais oprimidos e inventando o movimento negro da década de 70. Sob sua esfinge, sua imagem recalcada que estava em cada um de nós, ele inventou um movimento. Fazendo-nos lembrar hoje que o quilombo é o espaço que ocupamos. Quilombo somos nós. Somos parte do Brasil. Esse Brasil democrático, revolucionário que ajudamos a construir é assim que queremos. Contra todas as forças conservadoras. Quilombo hoje é o momento de resgate histórico. Estamos presentes em nós, entre nós, no mundo.

Para a historiadora, essas representações historiográficas sobre as experiências dos quilombos foram estruturadas sobre uma hermenêutica direta das fontes documentais de época e suas muitas generalizações sobre estas experiências e sistemas. Isso pode ser observado em ao menos duas características de tais trabalhos apontadas pela autora, sendo elas: 1) “a constância no tempo de duração do regime escravista; e o seu caráter geral, pois eles ocorrem senão em todas as regiões do Brasil, pelo menos em grande parte delas, mesmo naquelas onde o regime escravista não possui maior significação.” (NASCIMENTO, 2018, p. 213), e frente ao uso das fontes oficiais para a escrita da história dos quilombos; e, 2) “à própria incompreensão das autoridades ultramarinas e coloniais sobre estas formações humanas” (NASCIMENTO, 2018, p. 214).

Assim, de acordo com a autora, a produção historiográfica partiu, ora, do medo da experiência do quilombo de Palmares para a sistematização e estruturação de tal fenômeno, – conforme posto pela definição do Conselho Ultramarino em 1740, ou seja, o quilombo como “toda a habitação de

negros fugidos que passem de cinco em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem achem pilões neles.” (NASCIMENTO, 2018 [1975], p. 68). Ora, da compreensão do quilombo enquanto um “valhacouto de negros, lugar de bandidos ou de pessoas que sonhavam com uma possível volta ao estado ‘tradicional’ africano, também considerado república negra.” (NASCIMENTO, 2018, p.304). No texto *O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra*, publicado em 1985, parte-se da crítica historiográfica: abordagem orientada por uma diferenciação entre o passado e a historiografia, ou seja, experiências históricas são distintos daquilo que foi a escrita da história do quilombo, a própria realidade histórica deste fenômeno, para a autora, precisava ser compreendida a partir de três concepções. O quilombo do passado é um, mas a simbologia que dele advém e é usada no presente é outra, e, por fim, um quilombo outro, que ela caracteriza como “ideológico”.

Maria Beatriz Nascimento estruturou seu texto de forma linear. Primeiro analisou o quilombo “como instituição no período colonial e imperial no Brasil”; depois analisou “Quilombos brasileiros e as revoltas no século XIX”; e, por fim, “O quilombo como passagem para princípios ideológicos”. Cada um desses marcos cronológicos e historiográficos orientam sua crítica e problemática. Partindo desses três momentos para a escrita da história dos quilombos no Brasil, e compreendendo que estes versavam sobre instituições e fenômenos distintos que se conectavam, Maria Beatriz Nascimento estruturou suas pesquisas. Em síntese, os *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros*, nomenclatura atribuída pela historiadora para compreender tal fenômeno, ainda na América Portuguesa fora uma instituição de origem africana, e que por assim ser, manteve interconexões com tais instituições. Assim, para a autora, a abordagem histórica e existencial, do quilombo, haja vista que este fora tido como símbolo de luta e resistência negra, no final do século XIX as representações deste transforma-se e são orientadas por uma concepção simbólica ideológica – “uma consciência quilombola” – a qual performa-se numa forma de resistência ao sistema colonial, sendo este um entendimento que redefiniu mais uma vez a experiência do quilombo.

Em diálogo com as pautas do movimento negro contemporâneo, compreende-se “o quilombo no seu sentido histórico”, ou seja, na esteira de uma compreensão bastante tradicional, quase marxista, para afirmar “que ele se transformou num instrumento ideológico e num sistema social alternativo” (NASCIMENTO, [1987]2018, p. 306). Para Maria Beatriz Nascimento (2018, p. 288), com o fim da escravidão como uma instituição social e portanto “legal” (ainda que imoral), o quilombo passa a servir como um alento para a construção e definição da nacionalidade no país, sobretudo a partir da Semana de Arte Moderna de 22, e é “como caracterização ideológica que o quilombo inaugura o século XX.”. Em suas palavras (NASCIMENTO, 2018, p. 290):

Esse momento de definição da nacionalidade faz com que a produção intelectual se debruce sobre tal fenômeno, buscando seus aspectos positivos como reforço de uma identidade histórica brasileira. Em outras manifestações artísticas, o quilombo também é lembrado como desejo de uma utopia. A maior ou menor familiaridade com as teorias da resistência popular marcam esta produção, que é inclusive demonstrada em letras de samba.

Para a autora, a análise dos documentos de época que versavam sobre a instituição do quilombo e a própria produção historiográfica acerca deste, deixou lacunas importantes. De certa forma, os estereótipos reproduzidos pela historiografia contribuíram para perpetuar o desconhecimento daquilo que existia antes, durante ou depois do momento de confronto dos quilombos. Para a autora, os ideais de fuga,

liberdade e guerra assumiram na historiografia sobre o quilombo um papel decisivo para a sua definição e compreensão histórica. Assim, há para autora, a construção de uma representação histórica do quilombo atada aos avatares de uma historiografia europeia que acabaram por reproduzir o desconhecimento e mitificação do fenômeno do quilombo no passado, o que misturou (anacronicamente) com a experiência quilombola da sua contemporaneidade. É necessário destacar que a noção de liberdade, fuga e guerra não foram excluídas das análises forjadas pela historiadora. Antes, estas concepções não foram naturalizadas em suas interpretações, como movimento próprio ao processo histórico, encerrando-se em si mesmo, como um destino. Mas eram processos de emancipação possíveis naquela realidade sócio-histórica. Isto é, eram disposições socialmente possíveis, politicamente protagonizadas pelas pessoas negras e historicamente compreensíveis dentro de certos quadros. Diz assim a historiadora:

É inegável o caráter de reação dos negros “quilombolas” ao regime escravista, sistema que domina toda a atividade produtiva da sociedade brasileira naquele momento. Neste sentido, a liberdade é uma das motivações para que os escravos procurem os “quilombos”. Mas a dinâmica duradoura (no tempo) deles, necessita de uma compreensão, onde a complexidade das suas instituições e a evolução da sociedade global sejam vistas como processos interacionais, para que se entenda a particularidade de os “quilombos” terem sido sistemas sociais autônomos à sociedade global. A historiografia contenta-se somente em marcar a capacidade de luta e de resistência dos negros envolvidos nestes sistemas, e, ampliando, a resistência do povo negro de um modo geral, através dos tempos. Daí a generalização do termo “quilombo” para indicar variadas manifestações de resistência, generalização permeada pela postura ideológica dos pesquisadores. (NASCIMENTO, 2018, p. 290)

Frente ao estudo do quilombo, sendo este um momento político e social marcado por sua capacidade organizativa e de resistência, “esta falta de aprofundamento, no que concerne a dados da natureza histórica, põe de lado especificidades, diferenças e semelhanças dos quilombos. O mais agravante, é tê-lo, enquanto organização do espaço social vivido, como um fracasso político, sem continuidade temporal.” (2018, p. 400). Com isso, sua hipótese consistia no “desenfoque na vida escravizada, e ênfase no conservantismo quilombola e a certeza da continuidade e descontinuidade histórica.” (2018, p. 361).

De acordo com a autora, a historiografia hegemônica de sua época, marcada por uma cosmovisão ocidental – no qual o continente africano fora caracterizado e forjado frente a um imaginário de isolamento deste em relação ao resto do mundo e enquanto um continente “bizarro”–, incorreram no risco de transgressão das identidades das populações negras e africanas, sobretudo, a partir da subversão da história destes ainda em África e depois nos lugares que foram alocados frente ao tráfico escravista colonial (NASCIMENTO, 2018, p. 274). Há para Maria Beatriz Nascimento, a construção historiográfica de dois fenômenos que caminham juntos mas que se distanciam teoricamente. Para ela, a construção da noção de quilombo impõe uma perspectiva ideológica anacrônica ao passado, que por assim ser, impossibilita uma compreensão histórica marcada por esta concepção temporal.

A partir de uma perspectiva historiográfica que antecede ao processo das diásporas africanas forçadas pelo período colonial, Maria Beatriz Nascimento abria uma outra experiência e possibilidade temporal para a sistematização histórica do quilombo, sendo ele representado enquanto uma instituição de origem africana e que antecedeu ao processo de escravização colonial. A instauração deste fenômeno em terras para além do continente africano não seria uma reação, mas, sobretudo, a reterritorialização de uma sociedade e a interconexão de um Estado, caracterizando-se pela “formação de grandes

Estados” (NASCIMENTO, 2018, p. 282) independentes em terras americanas. Assim, algumas pistas são apontadas, para a historiadora, pois de acordo com suas pesquisas, há na própria experiência do quilombo de Palmares o estabelecimento de uma inter-relação, ou de um paralelo, com as experiências do quilombo em Angola.

Nesse sentido as representações historiográficas postas por Maria Beatriz Nascimento, apreendem tal fenômeno frente as conexões, ou para melhor dizer, frente a transatlanticidade das experiências afro-diaspóricas. Em resumo, a experiência do quilombo, conforme defende a autora, transcende ao espaço geográfico e a própria experiência colonial. Ainda que tais estruturas estejam presentes nelas, “é a transmigração de uma cultura e de uma atitude no mundo, de um continente para o outro, de África para América” (NASCIMENTO, 2018 [1989], p. 327). De acordo com a historiadora, o intercâmbio cultural estabelecido pela diáspora, “está no nível do *soul*, da alma do homem escravo. Ele troca com o outro a experiência do sofrer, a experiência da perda da imagem, a experiência do exílio.” (NASCIMENTO, 2018 [1989], p. 327). Dessa forma, Beatriz Nascimento (2018 [1990], p. 371) compreende o oceano atlântico como um vetor, como um meio de comunicação entre os povos africanos, europeus e americanos, e como um território livre e físico que possibilitou o encontro e o desencontro entre diferentes culturas e também os genocídios corpóreos e culturais de tais povos.

Imbuída por um imperativo político em seus fazeres acadêmicos e intelectuais, a historiadora gestou suas concepções de diásporas, identidade e raça atravessada pelas questões de seus tempos e de seus contextos. Os estudos desenvolvidos pela historiadora foram estruturados em vista de uma análise descritiva desses eventos históricos que antecederam ao processo de colonização dos povos bantos em Angola pelos portugueses. Nesse sentido, a historiadora apontava que havia na própria estrutura organizacional das sociedades africanas, ainda no século XVI, instituições revolucionárias a nível do quilombo. Com isso, o estudo empreendido por Maria Beatriz Nascimento, teve como objetivo romper com representações estereotipadas e fragmentadas da população negra, pois para a autora, o desconhecimento daquilo que fora (e é) o fenômeno do quilombo causou grandes implicações para a escrita da história e para a própria subjetividade e condição existencial das populações negras no Brasil.

PARA CONCLUIR

Procuramos trazer para a cena as concepções teóricas e historiográficas da Maria Beatriz Nascimento enquanto estudo de caso da potência metateórica de uma atuação militante e acadêmica para a teoria do conhecimento histórico. Apresentamos os deslocamentos postos em suas produções que questionavam e desnudavam as dificuldades teóricas e metodológicas da produção historiográfica no Brasil, e das ciências em geral, quando se trata dos passados negros, mas não apenas. As limitações das representações e interpretações forjadas sobre e para a população negra nos espaços acadêmicos brasileiros denunciadas pela historiadora ao longo da segunda metade do século XX ainda existem. Haja vista que mesmo com os esforços e as críticas desenvolvidas no interior da disciplina histórica, a produção historiográfica, mesmo nos dias de hoje, ainda precisa lutar contra os avatares de um ideal de civilização branca, masculina e eurocêntrica.

Sua contribuição historiográfica, acadêmica e intelectual, orientada por um projeto político de transformação da sociedade a partir das pautas do Movimento Negro Unificado das décadas de 1970 e

1980, caminharam para a reescrita da história com o objetivo de reescrever e tensionar a historiografia produzida acerca daquilo que fora a experiência do quilombo no período colonial e que se projetou para os séculos seguintes. Maria Beatriz Nascimento, subverteu o local de partida para a escrita dessa história. A autora iniciou suas análises frente a uma concepção de sujeitos africanos e afro-diaspóricos, e que em momento anterior ao processo de colonização moderna, experimentaram de algum modo a sensação de liberdade, e a partir disso projetaram e construíram os Sistemas Sociais Alternativos Organizados pelos Negros, contrariando a historiografia hegemônica de sua época, e trazendo outras potencialidades e deslocamentos para a sistematização histórica em relação a tal fenômeno.

Em vista disso, Maria Beatriz Nascimento não empreendeu apenas um estudo acerca da questão racial no Brasil, mas sobretudo, a construção de uma história do Brasil e de uma historiografia ética e politicamente orientada pelo combate ao racismo. A continuidade histórica na obra de Maria Beatriz Nascimento se dá no nível da alma, do corpo. Para a autora, a continuidade histórica, categoria importante para a sustentação de sua hipótese central e para a própria sistematização da escrita da história, não é concebida de um modo aberto e progressivo, ainda que esta acompanhe e se transforme diante das mudanças temporais. É possível perceber, a partir de seus trabalhos e agência, que Maria Beatriz Nascimento foi uma combatente e resistente da história, lutava por um campo histórico e um Brasil mais plural e menos hipócrita com relação ao racismo e a si mesmo.

Sua pesquisa historiográfica deve ser lida, invariavelmente, em vista de uma agência acadêmica e uma produção historiográfica emaranhada e orientada por uma concepção de *reescrita da história*, marcada pelo deslocamento e tensionamento epistêmico desta, mesmo que por vezes imersa neste campo e em seus paradigmas e axiomas. As noções de *Memória*, *Tempo*, *Corpo* e *Território* propostas pela autora em suas produções históricas percorreram e partilharam outros movimentos e outras tramas (e dramas), marcadas por uma postura *re-visionária* e transatlântica, ética e política, de resistência ao colonialismo e racismo epistêmico. Promovida, principalmente, pela necessidade de reconciliação com o passado, possibilitada também pelo reexame da historiografia, de acordo com a autora, esta revisão seria completa se fosse produzida pelas populações negras e para elas.

Por fim, defendemos que Maria Beatriz Nascimento sistematizou em seus trabalhos uma metateoria, suas críticas e representações constituíram-se numa procura por repensar a historiografia posta no ambiente acadêmico brasileiro. Sua produção, voltada para o exame crítico da história da historiografia, problematizou todo o eixo hermenêutico canônico, centrado na exclusão de outras(os) sujeitas(os) da produção do conhecimento histórico. Dessa forma, apresentamos a historiografia de Maria Beatriz Nascimento, sem desconsiderar os mecanismos firmados em tal campo para a sua exclusão — tendo em vista o processo de invisibilidade e alijamento pelo qual passou a historiadora no ambiente acadêmico brasileiro, principalmente em sua área de formação. Em contrapartida, procuramos evidenciar as formas de resistências epistêmicas posta pela historiadora, sobretudo, em seus textos, para se repensar e reorientar sua área e a estruturação desta enquanto ciência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mariléia. *Territórios dos afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Minas Gerais: Letramento, 2018.
- BARRETO, Raquel A. Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: *Lélia Gonzalez: Primavera para rosas negras*. Org. UCPA, São Paulo, 2018
- BARRETO, Raquel A. Introdução. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- BLANKE, Horst. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Ed.). *A História Escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. *Revista Espaço Acadêmico*, [S. I.], v. 11, n. 129, p. 158-167, 17 nov. 2011.
- FARIAS, Márcio. Quilombismo e Quilombagem: Divergências e convergências entre Clóvis Moura e Abdias do Nascimento. *Agenda Preta*, 2017. Disponível em: <<https://agendapreta.com/quilombismo-e-quilombagem-divergencias-e-convergencias-entre-clovis-moura-e-abdias-do-nascimento/>> Acesso em: 24 nov. 2021
- FREIXO, André. Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues. *História da Historiografia*, v. 6, n. 11, p. 140-161, 2013.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2. ed. Editora Presença: Lisboa, 1989.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- MINAS, Egléia Adalgizo; LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra. O movimento negro, a constituição de 1988 e a questão da territorialidade na preservação de uma cultura: a comunidade remanescente do quilombo da Caçandoca. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.I.], v. 8, n. 20, 2016. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/5>> Acesso em: 24 nov. 2021.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda: Edições Mulemba, 2013.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. *Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História*. *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica*: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RATTS, Alex. A voz que vem do interior: intelectualidade negra e quilombo. In: BARBOSA, Lucia Maria; SILVA, Petronilha; SILVÉRIO, Valter. (ed.). *De preto a afro-descendente*: trajetórias de pesquisas sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Paulo: Edufscar, 2003.

REIS, Diego dos Santos. Re-ori-entar: Beatriz Nascimento e Mãe Beata de Yemonjá, historiadoras afro-atlânticas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. 34, p. 841-863, 2020. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/899>> Acesso em: 24 nov. 2021.

SETH, Sanjay. “Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?”. *História da Historiografia*, v. 6, n. 11. p. 173-189, 2013.

TEIXEIRA, Ângelo de Oliveira Gomes. *A Capoeira Angola como espaço de resistência epistêmica e os cantos de capoeira como transmissores de temporalidade: as dificuldades da história disciplinar em narrar os passados afrobrasileiros*. Dissertação (Mestrado em História), Minas Gerais: Universidade Federal de Ouro Preto, 2021.

VINHAS, Wagner. Revisitando Maria Beatriz Nascimento: a continuidade histórica entre os sistemas sociais negros do passado e os assentamentos em favelas urbanas e comunidades rurais da atualidade. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, n. 25, p. 271-293, 2018. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/616/544&>> Acesso em 24 nov. 2021.